

Quase 3 mil projetos deverão ficar pendentes no Legislativo

por Zanoni Antunes
de Brasília

Será difícil para o Congresso Nacional decidir ainda neste ano as quase 3 mil proposições que se encontram na fila à espera de votação. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, o líder do governo, Pimenta da Veiga, já admite que nada poderá ser feito antes do dia 20 de novembro, data provável para se colocar em prática mais uma convocação maciça dos parlamentares, o chamado "esforço concentrado", uma estratégia congressual na qual se tenta fazer em um único dia tudo aquilo que se deixou de fazer durante o ano.

Se na Câmara existem a espera de votação 2.286 proposições, o Senado Federal acumula em sua pauta, prontas para entrar na ordem do dia, 627 proposições, entre elas 81 pedidos de empréstimo dos municípios, bem como matérias importantes ou de interesse social, como o projeto de lei que congela por um ano os despejos de ocupantes de imóveis de aluguel, o que proíbe demissões imotivadas, o que trata dos minerais estratégicos e até o que permite às baleias livrarem-se dos arpões dos seus predadores.

SEM PREVISÃO NO SENADO

Mas, se na Câmara dos Deputados ainda há uma esperança para se aplicar o remédio do esforço concentrado, não há, no entanto, nenhuma previsão de votação no Senado. A disputa eleitoral afastou de Brasília qualquer vestígio de atividade parlamentar. O decreto presidencial, enviado ao Congresso no semestre passado, contendo

medidas para combater a violência, também aguarda pela presença dos congressistas. Para se ter um exemplo da dimensão dessa ausência, a mensagem do Executivo, que trata do orçamento fiscal da União, o primeiro da Nova República, foi lida, na semana passada, em sessão do Congresso Nacional, com a presença de quatro parlamentares: dois senadores e dois deputados. O orçamento corre ainda o risco de vir a ser aprovado por decurso de prazo, caso não seja votado até o final de novembro.

No balanço das atividades do plenário da Câmara, no período de 1º de março a 31 de agosto — incluindo o recesso parlamentar de julho —, consta que 4.576 parlamentares usaram da palavra em diferentes ocasiões, como apartes, emissão de pareceres, questões de ordem ou discursos. Desse total, no entanto, 2.709 pronunciamentos fo-

ram feitos no pequeno expediente, o conhecido "pinga-fogo", uma espécie de breves discursos, mas que na sua quase totalidade não são lidos pelos seus autores. A pedido destes, os discursos são considerados como lidos pela Mesa da Câmara, que, por sua vez, os remete para publicação no Diário do Congresso. São também, em sua maioria, discursos de pouca importância, destinados principalmente a municípios do interior onde o parlamentar tem suas bases eleitorais.

Para um plenário que abriga 479 deputados, o seu desempenho também deixa a desejar. No período de março a agosto deste ano, a Câmara apreciou apenas 208 proposições do tipo de projeto de lei complementar, projeto de decreto legislativo, projeto de lei e projeto de resolução. Também não foi apresentado algum requerimento de convocação de ministro de Es-

tado. E pouco, levando-se em conta que estão aguardando votação nada menos do que 2.286 proposições.

CONGRESSO VAZIO

Numa casa habituada a discussão, aos acalorados debates em plenário, às galerias agitadas e aos constantes conchavos de gabinete, os reflexos da ausência dos políticos se fazem sentir nos amplos salões e corredores vazios do Congresso.

No enorme edifício de 28 andares e vários anexos, onde nos dias de movimento circulam entre servidores e visitantes mais de 10 mil pessoas — uma verdadeira cidade que tem desde farmácia até supermercado —, o clima é de recesso parlamentar.

Nos estacionamento, normalmente apinhados de carros, é possível conseguir-se vaga sem muito esforço. Não há filas nos bancos, nos correios nem atropelos nos balcões de passagens das empresas aéreas. Pode-se até fazer a barba, cortar o cabelo e engraxar os sapatos sem marcar hora na barbearia, e com a vantagem dos preços irrisórios (o Senado subsidia).

O cafezinho da Câmara dos Deputados, tradicional ponto de encontro de políticos e jornalistas (com café e água mineral pagos pela Câmara), é o maior termômetro do momento. Em dia de votação importante, com casa cheia, os seus seis funcionários se desdobram para servir até 5 mil xícaras de café. Mas nos dias de hoje, em pleno recesso branco, não são servidas mais do que oitocentas xícaras. O ano legislativo termina no dia 5 de dezembro.